

O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM AFRICA: UMA ANÁLISE POLÍTICA E IDEOLÓGICA DE SUA HISTORIOGRAFIA¹

Portuguese colonialism in Africa: a political and ideological analysis of its historiography

PEREIRA, Josenildo de Jesus²

Resumo

A História contém um duplo sentido. Por um lado, é a experiência constituída e vivida pelos sujeitos que lhe configuram o processo histórico com as suas temporalidades, ritmos e sentidos. E por outro, é a ação intelectual de historiadores e historiadoras com o propósito de compreender o vivido problematizando-o. O resultado é a apresentação de uma narrativa urdida a partir do uso de um aporte documental, métodos e conceitos teóricos orientadores da investigação. Mas, não só, porque se trata, também, de um ato político e ideológico. É por isso que um mesmo tema tem versões distintas ou, em outras palavras, uma historiografia. Em vista disso, a análise historiográfica é uma ação importante porque contribui para trazer à tona questões subterrâneas verificadas na relação entre a História, a Memória e o Esquecimento orientando o nosso saber acerca de um determinado tema. Neste caso, o colonialismo português instituído sobre territórios em África, a partir do final do século XIX até 1975. Para o exercício de análise que nos propomos a desenvolver a respeito da relação entre historiografia, política e ideologia que envolve a historiografia do colonialismo português em Angola, escolheu-se as obras - *História Geral das Guerras Angolanas*, três volumes, de António de Oliveira Cadornega e a *História de Angola*, quatro volumes, de Jose Ralph Corte Real Delgado. Estas obras foram escritas em tempos diferentes. A primeira no século XVII e a segunda no século XX. Elas têm em comum o tema, ou seja, a experiência portuguesa no ultramar, mais precisamente, em Angola.

Abstract

The History contains a double meaning. On the one hand, it is the experience constituted and lived by the subjects who configure the historical process with its temporalities, rhythms and senses. And on the other hand, it is the intellectual action of historians in order to understand the lived problematizing it. The result is the presentation of a narrative crafted from the use of a documentary contribution, methods and theoretical concepts guiding research. But not only because it is also a political and ideological act. This is why the same theme has different versions or, in other words, a historiography. In view of this, the historiographic analysis is an important action because it contributes to bring up underground issues verified in the relationship between History, Memory and Oblivion guiding our knowledge about a certain theme. In this case, the Portuguese colonialism instituted over territories in Africa from the end of the 19th century until 1975. For the analysis exercise that we propose to develop regarding the relationship between historiography, politics and ideology that involves the historiography of Portuguese colonialism in Angola, it was chosen the works - *General History of the Angolan Wars*, three volumes, by António de Oliveira Cadornega and the *History of Angola*, four volumes, by Jose Ralph Corte Real Delgado. These works were written at different times. The first in the seventeenth century and the second in the twentieth century. They have in common the theme, that is, the Portuguese experience overseas, more precisely, in Angola.

Palavras-chaves: Historiografia, Colonialismo, Portugal, África. Ideologia.

Palavras-chave: *Historiografia; Colonialismo; Portugal; África; Ideologia.*

Keywords: *Historiography; Colonialism; Portugal; África; Ideology.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

¹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da

MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

² JOSENILDO DE JESUS PEREIRA - Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Brasil. E-mail: jj.pereira@ufma.br

Apoderarem-se da África, eis a grande preocupação que agita os Europeus no último quartel do século XIX. Joseph Ki-zerbo³.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A historiografia da presença portuguesa na África situa a sua cronologia desde o século XV, mas, sobretudo, a partir da formação histórica do “Império Luso-brasileiro”, constituído por Portugal, como metrópole; o Brasil, como colônia principal e os territórios considerados periféricos, ou seja, as possessões portuguesas existentes no continente africano: África Ocidental e Moçambique, e na Ásia. Em relação a Angola, o historiador Ravenstein, destaca que,

...os portugueses dominavam em Angola uma área de 65 mil quilômetros quadrados, a partir do litoral de Luanda e Benguela até 200 quilômetros para o respectivo interior, praticamente com o objetivo único de manter abertas as rotas dos escravos a partir do planalto. Por essa altura, de fato, já os *escravos negros* eram a principal mercadoria a dominar todo o comércio, sendo “exportados” para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central.⁴

A partir do final do século XIX, o continente africano foi o palco da incursão de uma nova onda de ações coloniais sistematizadas por parte de países europeus como Portugal, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e outros. A respeito desse processo o historiador Albert Adu Boahen destacou o seguinte.

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Na verdade, as mudanças mais importantes, mais espetaculares – e também mais trágicas –, ocorreram num lapso de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, marcado pela conquista e ocupação de quase todo o continente africano pelas potências imperialistas e, depois, pela instauração do sistema colonial. A fase posterior a 1910 caracterizou-se essencialmente pela consolidação e exploração do sistema. O desenvolvimento desse drama foi verdadeiramente espantoso, pois até 1880 apenas algumas áreas bastante restritas da África estavam sob a dominação direta de europeus.⁵

³ KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (vol. II.), Portugal: Publicações Europa - América, 1972.

⁴ http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/history. Consultado em 04 de maio de 2014.

⁵ BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1040, p. 1.

Nesse contexto, se verificou a configuração do “Terceiro Império Português”, ou o “último império português – o que se constitui após a independência do Brasil e finda com a descolonização em 1975”.⁶ No que se refere à memória da historicidade das relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar, Oliveira destaca que,

Tais relações deram origem a uma documentação muito heterogênea, dentre elas as crônicas de viajantes e informações compiladas por comerciantes, administradores e outros agentes produtores de notícias que cumpriam um papel fundamental para a transmissão de ideias, valores, costumes e saberes no mundo ibérico moderno.⁷

A documentação constitutiva dessa memória se encontra em arquivos portugueses tais como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo/ANTT; A Sociedade de Geografia de Lisboa/SGL; o Arquivo Histórico Militar/AHM criado em 1911; o Arquivo Histórico Colonial, criado em 1931, depois renomeado de Arquivo Histórico Ultramarino-AHC/AHU, a partir de 1951, e de arquivos de Congregações Cristãs católicas. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é um arquivo central do Estado que guarda documentos originais desde o séc. IX até à atualidade, cabendo-lhe, por consequência da sua perenidade, preservar também os novos arquivos eletrónicos no âmbito de atuação do organismo, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico⁸.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1875, a exemplo de outras Sociedades, na Europa Ocidental, se insere no contexto da nova onda colonial europeia por sobre territórios dos continentes africano e asiático, a partir do final do século XIX. A este respeito lembra-nos Silva que,

As explorações eram a base do conhecimento geográfico, assim como a criação de centros de estudos destinados a organizar uma espécie de arquivo sobre todo o conhecimento possível dos locais explorados. Dessa maneira, a cartografia, a **geografia**, a medicina tropical e a etnografia enriqueceram seus saberes científicos, frutos dos estudos e expedições.⁹

⁶ VALENTIM, Alexandre. PREFÁCIO. O Império africano (séculos XIX-XX). ALEXANDRE, Valentim (Coordenação). Edições Colibri: Faculdade de Letras de Lisboa, 3ª tiragem. 2013. P. 8

⁷ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: um estudo de caso dos militares Antonio de Cadornega e Elias Alexandre Correa.p.1.

⁸ <https://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>. Consultado em 09 de novembro de 2025.

⁹ SILVA, Priscila Vellozo da. O MOVIMENTO GEOGRÁFICO LUSO E A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015. p. 93. |www.transversos.com.br. grifo meu.

Assim sendo, não sem razão, nesse contexto, Horace Capel compreendia que a geografia se converteu em uma ciência a serviço do imperialismo.¹⁰

O Arquivo Histórico Militar/AHM, tem como missão guardar, tratar e preservar todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército. Trata-se de uma instituição centenária, nascida no seio da reforma republicana do Exército português, decretada em 25 de maio de 1911. Foi-lhe atribuída a incumbência de guardar e proceder à catalogação de todos os documentos com valor histórico relativos ao Exército português. A sua origem remonta ao arquivo do Conselho de Guerra, órgão com funções essencialmente consultivas, criado em 11 de dezembro de 1640, que se crê ter sido o primeiro arquivo militar português. Com a constituição da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1736, todos os assuntos diplomáticos e militares passaram a estar a cargo desta secretaria, originando um novo arquivo.¹¹

Em relação ao Arquivo Histórico Colonial (AHC) vale lembrar que foi concebido para “guardar, inventariar e catalogar os documentos que interessem ao estudo e conhecimento da história política, administrativa, missionária, militar, económica e financeira da colonização portuguesa”¹². A respeito desta finalidade Gautier lembra-nos que,

Esta ambição institucional e cultural era totalmente política, inscrevendo-se no ímpeto colonizador que se afirmara desde o fim da monarquia até à república e que se mantinha após o golpe militar de 1926. Com o Estado Novo, é forçoso constatar uma refundação do império colonial que toma a forma de uma centralização, colocando todo o aparelho estatal ao serviço da ambição imperial.¹³

Dentre as Congregações vale destacar o papel da *Congregação do Espírito Santo* fundada em 28 de setembro de 1848, cujo mentor foi o Pe. Liberman. Entre outros atos, esta Congregação criou e passou a publicar, mensalmente, a partir de 1894, a revista científica – “Portugal em África” (PA). Esta revista teve dois tempos de publicação. O primeiro foi de janeiro de 1894 a outubro de 1910, e o segundo de janeiro de 1944 a dezembro de 1973. A primeira série temporal é classificada por Manuel do Carmo F. Gomes (1998), como a *fase colonial* e a segunda como *teológica*. A respeito da fase

¹⁰ Apud. SILVA, Priscila Vellozo da. Op. Cit. op. 93.

¹¹ <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/>. Consultado no dia 10 de novembro de 2025.

¹² GARNIER, Gautier. ARQUIVOS DA MEMÓRIA COLONIAL PORTUGUESA: o Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. Archives of Portuguese Colonial Memory: The Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. In: Revista LER HISTÓRIA, *Descolonização e colonialismo tardio*. Open Edition Journal. 2024. pp.143-164. p. 143.

¹³ Id. Ibid.

colonial o referido autor destaca que, “toda a sua primeira série, editada entre 1894 e 1910, procurou justificar e legitimar o labor missionário, de um modo especial, o papel das congregações religiosas, pela demonstração da necessidade daquelas na manutenção das possessões ultramarinas”.¹⁴

O primeiro número veio a público num cenário bastante desfavorável a Portugal em África por conta de ameaças estrangeiras à continuidade de suas possessões. Em vista disso, um contexto bastante positivo para a “missionação” mediada pela exaltação do “nacionalismo português”. Tendo estes elementos por pressupostos, os redatores da revista PA, no primeiro número de 1894, na parte intitulada “Advertencia Preliminar” indicam os seus fundamentos orientadores sublinhando o seguinte,

embora a existência do nosso paiz não dependa inicialmente do nosso domínio colonial, a ressurreição de uma parte das suas grandezas e glórias só é possível pela criação de um novo empório lusitano, no Continente Negro (...) Se por um lado, subordinando o nosso espirito a esse ideal, queremos que esta revista, para ele instruída, seja científica, é porque esse fim só pode ser alcançado por meio de estudos e aplicações da ciência, na maior parte das suas imensas ramificações”: “a política, a religião, a moral, o direito, a administração, a economia, a história, a geografia, a geologia, a zoologia, a botânica, a climatologia, a etnologia e estantíssimos outros ramos do conhecimento humanos servirão de campo as nossas elaborações mentais, tal é a relação íntima que tem com tudo isso a fundação de um império afro-lusitano”.¹⁵

A partir dessa diversificada memória histórica foi sendo escrita, por historiadores e historiadoras, a historiografia relativa as relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar. Mas, é preciso considerar conforme Carlos Lopes que, “o produto historiográfico não tem nenhuma independência ou autonomia. Depende inteiramente do momento e ideologia que influenciam a sua concepção”.¹⁶

Pois, de acordo com Castoriadis, “todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu “objeto”, é apenas um modo e uma forma do *fazer* social-histórico”.¹⁷ Nesse sentido, a escrita da História é urdida e permeada pelos fios culturais e ideológicos de quem a produz. Isto posto, é imperativo que se analise o discurso

¹⁴ Carmo, M. (2006). A revista "Portugal em África" no contexto da missionação contemporânea. *Missão Espiritana*, 9 (9). Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol9/iss9/7>. p. 46.

¹⁵ Revista Portugal em África, 1894, pp. 1-2.

¹⁶ LOPES, C. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. In: *ACTAS do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, pp. 21-29. P. 27

¹⁷ Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 13.

historiográfico para que se traga à tona a relação ideológica *entre as temporalidades históricas* de autores e suas obras, bem como a finalidade de seu uso em determinados contextos. Nessa perspectiva, considera-se pertinente seguir as orientações metodológicas propostas por MARX, nestes termos,

[...] A produção de ideias, de representações, da consciência, está, diretamente, entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas.¹⁸

Sob esta perspectiva teórica, Ideologia, é um conceito chave nesta análise e o usa no sentido proposto por EAGLETON, para o qual “*a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são*”.¹⁹

PORTUGAL E SUAS POSSESSÕES NO ULTRAMAR: fundamentos políticos e ideológicos de sua historiografia.

Como já sublinhado, a historiografia colonial foi urdida a partir da memória documental guardada em arquivos portugueses. Assim sendo, se destaca que burocratas, militares, padres e cientistas baseados em suas especificidades profissionais contribuíram, em decorrência dos objetivos econômicos do projeto colonial português, para a domesticação da *terra, do corpo e da mente* de povos africanos que as elites econômicas e políticas portuguesas quiseram colonizar; mas, sob o invólucro da perspectiva de missão cristã e civilizadora.

A respeito da geografia e do tempo dos impérios portugueses, Valentim Alexandre assim, nos ensina,

¹⁸ MARX, Karl. *A ideologia Alemã*, São Paulo: Hucitec, 1985. p. 20

¹⁹ EAGLETON, TERRY. *Ideologia: uma introdução*. Tradução Luis C. Borges, Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo/Unesp. 1997. p. 21.

De há alguns anos a esta parte, a historiografia tem vindo a marcar a existência de três impérios distintos na expansão ultramarina portuguesa: o do **Oriente**, que, formado nos inícios de Quinhentos, declina rapidamente nos finais do mesmo século; o do **Brasil**, que arranca por esta mesma altura, tendo o seu auge no século XVIII e o seu fim no primeiro quartel do seguinte; e o **africano**, que abre dificilmente caminho no decurso de Oitocentos, ganha consistência territorial nas primeiras décadas de Novecentos e termina com a descolonização, em 1975.²⁰

A *independência do Brasil* levada a cabo, em 07 de setembro de 1822, fez as elites económicas e políticas de Portugal redimensionarem a sua relação com as suas possessões no continente africano. A respeito deste episódio os articulistas do jornal *Campeão Lisbonense* divulgavam a tese de um *Brasil ingrato* nos seguintes termos,

Ele o Brasil, é uma parte integrante do Reino Unido de Portugal, a quem deve a sua civilização, e o seu aumento. Que era o Brasil antes da união a Portugal? Um país de Selvagens, de feras e de animais. Depois que foi descoberto pelos portugueses, foram-se civilizando e domesticando, pelos cuidados dos Europeus Lusitanos, que ali estabeleceram o Comércio, ali promoveram a agricultura, e ali fizeram conhecer a Religião Cristã! As Vilas, os Templos, e os estabelecimentos públicos são devidos aos cuidados de Portugal; porque Nação alguma Estrangeira pode ter influxo naquelas Províncias. Os mesmos Portugueses são Progenitores, e Pais de quase todas as famílias principais do Brasil, e os primitivos do País de quase nada fizeram na economia, e no aumento daquele Reino.²¹

Para o exercício de análise que nos propomos a desenvolver a respeito da relação entre historiografia, política e ideologia que envolve a historiografia do colonialismo português em Angola, escolheu-se as obras - *História Geral das Guerras Angolanas*, três volumes, de António de Oliveira Cadornega e a *História de Angola*, quatro volumes, de Jose Ralph Corte Real Delgado. Estas obras foram escritas em tempos diferentes. A primeira no século XVII e a segunda no século XX. Elas têm em comum o tema, ou seja, a experiência portuguesa no ultramar, mais precisamente, em Angola.

A justificativa para a escolha deve-se ao fato de terem sido escritas em conjunturas de tensão envolvendo Portugal. Por isso, elas têm um duplo significado político e ideológico para os seus autores e as elites económicas e políticas de Portugal, em seu contexto de escrita, edição e publicação. As conjunturas de tensão às quais me refiro são, no século XVII, as resistências de povos do território angolanos às investidas portuguesas

²⁰ _____. O Império africano (séculos XIX-XX) - As linhas gerais. In: O Império africano (séculos XIX-XX). ALEXANDRE, Valentim (Coordenação). Edições Colibri: Faculdade de Letras de Lisboa, 3ª tiragem. 2013. p. 11.

²¹ APUD. ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit. 1998. p. 35.

e as contínuas invasões de outros povos europeus nas consideradas possessões portuguesas, tal como fizeram os holandeses em Angola. No século XX, mais precisamente, na década de 1940, a despeito de sua política de neutralidade, Portugal e as suas colônias estiveram sob ameaça de invasão por um ou outro país dos blocos em conflito – Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Inglaterra, França, Rússia e os EUA) constituindo o cenário da II Guerra Mundial. A respeito da posição de Portugal em relação ao conflito, Nuno Lopes sublinha o seguinte,

Ao longo da Segunda Guerra Mundial, uma das preocupações de Salazar era a manutenção da integridade territorial portuguesa no continente europeu e ilhas, bem como nas colônias. Na década que assistiu ao início da Segunda Guerra Mundial, Portugal era um pequeno país com um vasto Império. Contudo, a aliança luso-britânica é uma referência para a compreensão da manutenção da posição que explica a manutenção da posição privilegiada portuguesa perante o mundo durante séculos. Perante estes factos, Salazar define, logo após o ataque alemão na Polónia, a 1 de setembro de 1939, a política de Portugal na Segunda Guerra Mundial: **neutralidade**. Facto que, como referido no Parlamento, em outubro de 1939, é respeitado pela Alemanha e pelo Reino Unido.²²

Considerando-se a conjuntura de tensão, criada pela Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, a tese que aqui se defende é que a publicação das referidas obras com os seus enredos e narrativas, cumpria funções políticas e ideológicas importantes. Por um lado, a exaltação da heroica história portuguesa no ultramar e por outro, o fortalecimento do nacionalismo português sob a gestão do Estado Novo (1926 – 1974) de Antônio de Oliveira Salazar. Na perspectiva da defesa desta tese, apresenta-se alguns dados relativos aos autores das obras²³ e às narrativas analisando-as em suas dimensões políticas e ideológicas. Antônio de Oliveira Cadornega, vivenciou as temporalidades históricas do século XVII português e angolano. Ele nasceu em 1623, em Portugal, na Vila Viçosa, no Distrito de Évora, integrado na sub-região Alentejo Central, da região Alentejo e morreu em 1690, em Luanda, a cidade fundada a 25 de Janeiro de 1576, pelo fidalgo e explorador português Paulo Dias de Novais, sob o nome de "São Paulo da Assunção de Loanda".²⁴

²² LOPES, Nuno. O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa. Portugal face à Segunda Guerra Mundial: a questão da neutralidade. In: Revista Portuguesa de Ciência Política/ PORTUGUESE JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE-OBSERVATORIO POLÍTICO. Lisboa-PT. Número 5. 2015. Pp 63-76. p. 63.

²³ Estes dados foram obtidos por meio de consultas em sites de seus biógrafos.

²⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_de_Cadornega. Consultado em 08 de novembro de 2025.

Ainda muito jovem, com idade de 15 anos, mas, sobretudo para evitar cair nas malhas da repressão do Santo Ofício, sob a acusação de serem cristão novos, ele e o irmão Manuel viajaram para Angola, em 1639, no mesmo navio que transportava o recém-empossado Governador-Geral, de Angola, Pedro César de Menezes.²⁵ Por meio deste procedimento, conseguiu evitar o que aconteceu com a sua mãe e irmã, ou seja, a prisão, o processo inquisitorial por judiaria e a consequente condenação.²⁶

Além de militar por ter sido soldado e capitão, juiz, vereador e por escrever obras do tempo histórico português e angolano, os seus biógrafos o consideram também historiador. Deixou os seguintes manuscritos: *História Geral das Guerras Angolanas*, 3 tomos, 1680-1681; *História de todas as coisas que sucederam em Angola no tempo dos Governadores que a governaram depois da guerra até D. João de Lencastre*, 4 tomos; *Compêndio de expugnação do Reino de Benguela e das terras adjacentes*; *Descrição da sua pátria, Vila Viçosa, acabada no ano de 1683*.²⁷

Mas, a obra considerada mais importante é a *História Geral das Guerras Angolanas*, escrita em 1660 e 1661, que a revista *Portugal em África* começou a publicar em 1900, por cópia de um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Paris, e que a Agência Geral das Colónias editou e publicou em três (3) volumes, em 1940-1942.²⁸

Esta e outras obras foram escritas a partir de sua própria memória e da consulta aos missionários capuchinhos António Gaeta e João António Cavazzi Montecucolo. Os dois primeiros tomos são dedicados às campanhas militares portuguesas, ou em outras palavras, aos atos considerados como os grandes feitos portugueses no território angolano. O terceiro é dedicado à descrição da geografia e etnografia de Angola. Arlindo Correia, um de seus biógrafos português sublinha o seguinte, a respeito da referida obra,

...o seu livro é de uma pureza, espontaneidade e veracidade, de um entusiasmo e um patriotismo que nos deixam encantados. Entendo que alguém deveria pegar nos três volumes e reescrevê-los em português corrente de hoje, e daí surgiria certamente um *best-seller* que toda a gente teria prazer em ler.²⁹

²⁵ <https://arlindo-correia.org/200208.html>. Consultado em 08 de novembro de 2025.

²⁶ Id. Ibid.

²⁷ <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=1099>. Consultado no dia 08 de novembro de 2025.

²⁸ Id. Ibid.

²⁹ <https://arlindo-correia.org/200208.html>. Consultado em 08 de novembro de 2025.

O cônego português José Matias Delgado, fez anotações complementares e corrigiu os dois primeiros tomos para serem editados e publicados pela Agência Geral das Colônias, em 1940/1941. Outros biógrafos e o referido cônego sublinham que para os eventos ocorridos antes da chegada de Cadornega a Luanda, ele errou se não todas, muitas datas. Ainda assim, para este último, “foi um ótimo serviço que ele fez para a história de Angola, pelo que, apesar das deficiências já apontadas, é digno de todo o louvor e merece a nossa sincera gratidão”³⁰. Assim sendo, não é demais salientar que esta publicação, no século XX (Década de 1940) foi uma “edição da Agência Geral das Colônias comemorativa do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal”.³¹

No manuscrito da obra, Cadornega ofereceu ao rei português, a sua época, nestes termos,

PRINCIPE, E SENHOR NOSSO,

Aos reais pés de Vossa Alteza ofereço esta história geral das guerras angolanas, e alguns sucessos particulares, acontecidos em tempo dos governadores, e capitães gerais que foram destes reinos de Vossa Alteza, que Deus guarde; e como a matéria é grave, ainda que o sujeito que a escreve lhe falte eloquência, para colocar como merecia, não me apareceu haver sujeito de Príncipe mais digno de sua dedicatória, porque história de Reinos, não pertencem, se não a pessoas Régias: e por esta ser a primeira que entendo, se tem escrito destas tão remotas partes, as primeiras primícias dos primeiros frutos são dedicados a Deus, e como os Reis e Príncipes representam na terra a mesma potestade; e a sua imitação é de pouco fazerem muito: confiado o autor desta história que esta pouquidade de seu desvelo, será engrandecida, não pelo sujeito indigno de seu autor, se não pela dedicatória ser feita a um tão alto e Poderosíssimo Príncipe nosso Senhor, que muitos anos nos viva, com muita prosperidade, aumentos e felicidade em toda a Casa Real, como seus humildes vassalos lhe desejamos. António de Oliveira Cadornega.³²

Da análise destes fragmentos relativos ao autor, a sua escrita e a obra, com destaque para a dedicatória ao “Príncipe, Senhor Nosso”, supõe-se que Cadornega ao apresentar a sua filiação por parte de pai e que ela esteve ligada aos serviços da corte e a uma tradição cristã; e o foco na exaltação das campanhas militares portuguesas, em Angola, não só almejava benefícios pessoais e distinções locais entre os protagonistas da

³⁰ DELGADO, José Matias, Professor da Escola Superior Colonial. PROLOGO DO ANOTADOR. In: CADORNEGA, António de Oliveira, capitão reformado e cidadão de S. Paulo, da Assunção, natural de Vila Viçosa, 1680. HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS, Tomo I, Anotado e corrigido por José Matias Delgado. República Portuguesa: Ministérios das Colônias. Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colônias, 1940. p. XII.

³¹ CADORNEGA, António de Oliveira. Op. Cit. 1940. p. III.

³² CADORNEGA, António de Oliveira. DEDICATÓRIA. Op. Cit, p. 3.

burocracia portuguesa, a exemplo do cargo de Juiz e, depois, o de vereador. Mas, sobretudo, ser desvinculado da ideia de que era um praticante de judaísmo, tal como ocorreu com a sua mãe e a irmã, e sim um devoto cristão católico e leal vassalo.

Na justificativa para escrever a sua obra, els diz estar inspirado em outros escritores que trataram das conquistas portuguesas no ultramar. Na seção – AO LEITOR, ele apresenta a sua justificativa para a escrita de sua obra, nestes termos, considerando a sua longa vivência,

...para não ficarem coisas de tanta consideração em esquecimento, o que obraram os portugueses a serviço da Coroa de Portugal, e exaltação da Santa Fé Católica entre tantos **bárbaros idolatras inimigos de sua Santa Lei** me dipus a fazer este compendio que assim se pode chamar pelo muito que se podia escrever (...) As noticias darei por haver quarenta anos que assisto neste Reino de Angola.³³

No século XX, esta obra continua sendo importante quanto ao seu valor político e ideológico ao considerarmos as especificidades portuguesas na conjuntura de tensão criada pela Segunda Guerra Mundial. Então compreende-se que a sua leitura podia contribuir para aguçar o nacionalismo português, a religião cristã católica em face da expansão de outras variáveis cristãs protestantes e, sobretudo, o projeto colonial português, cuja gênese é tratada desde o século XVII. Não é demais salientar que essa perspectiva foi retomada no Acto Colonial português de 1930, por meio do decreto 18 , na seção Título I, Das garantias gerais, nestes termos, nos parágrafos 2º e 3º,

Art 2º. É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo padroado do Oriente. Art. 3º Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império colonial português. O território do Império Colonial é o existente à data da publicação deste diploma. Parágrafo Único: A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou vir a ter a qualquer outro território colonial.³⁴

Ralph Delgado, é um homem do século XX português/angolano, nascido em Luanda. Ele foi um Jornalista e Historiador, **filho de um funcionário da Administração Colonial**; fundou o Departamento Cultural da Câmara Municipal do Lobito, o qual dirigiu, sendo ainda proprietário e diretor do «Jornal de Benguela», cidade onde foi Presidente da Câmara.

³³ CADORNEGA, António de Oliveira. Op. Cit, p. 9.

³⁴ MINISTÉRIO DAS COLONIAS, Secretaria Geral. Decreto nº 18570. In: DIÁRIO DO GOVERNO, terça-feira, 08 de julho de 1930. I Série, Nº 156. p. 3.

Ele, partir de 1940 passou a dedicar-se a estudos históricos relacionados com a província de Benguela e, mais tarde, com o país todo e reuniu esses estudos em diversos livros. A obra *História de Angola*, de reconhecida importância na bibliografia histórica Angolana, consiste em 4 volumes, com a seguinte composição: 1º Volume - Primeiro Período e Parte do Segundo (1482 a 1607), 2º Volume - Continuação do Segundo Período (1607 a 1648), 3º Volume - Terceiro Período (1648 a 1836), 4º Volume - Terceiro Período (1648 a 1836).

A 1ª Edição do livro *História de Angola*, saiu entre 1948 e 1955. Trata-se de um ensaio histórico sobre Angola (1482-1836), o qual, o autor dedicou ao pai, o primeiro Administrador do Bié. As suas fontes de documentação pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino. A obra, contém inúmeras ilustrações da época, mapas, gravuras, fotografias e um mapa desdobrável, no 4º Volume, com a epígrafe "Esboço Etnográfico de Angola - Diferenciação Linguística," a preto e branco e a cores.³⁵

A este respeito e contexto, não é demais sublinhar os termos do estudo de Ralph Delgado, *Vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos*, acerca de portugueses e de africanos quando se deram os primeiros contatos por volta do século XV. Esta obra financiada pelo Banco de Angola, foi escrita na década de 1940 e o seu autor a nomeia de “ensaio histórico sobre Angola”.³⁶ De sua leitura se identifica um conjunto de imagens relativas a portugueses e a africanos tendo sido elaborada a partir de uma base documental disponível no Arquivo Histórico Ultramarino/AHU.

A princípio diz que “à passagem de Diogo Cão pelo Zaire, os portugueses encontraram, em franca prosperidade, **um país de negros**, sem baptismo, dirigido pelo seu quinto chefe principal”. Trata-se do território do antigo Reino do Congo. No que se refere a sua forma de organização social diz ser ela, uma “*sociedade nómada* de Conguenses amalgamados com Ambundos, desde algumas décadas atrás, com todos os sinais de uma **organização tribal**” caracterizada por uma,

economia pastoril, chefias electivas, ausência de classes, propriedade coletiva sobre as terras, ritos feiticistas, cabanas de barro e palha, dança guerreiras e religiosas, formações militares de flecha e arco, escravatura em pequena escala, por não servir a agricultura intensa, e esboços industriais circunscritos, especialmente, ao fabrico de vinho de palma e de panos libongos.³⁷

³⁵etrograma.pt/Oimperio-portugues/2820-historia-de-angola-1-volume--4-volume--ralph-delgado.html

³⁶ DELGADO, Ralph. *História de Angola. Primeiro Período e Parte do Segundo 1482 a 1607*. 1º volume. Angola: Edição do Banco de Angola, 1946.

³⁷ DELGADO, Ralph. Op. Cit. 1946. p. 8.

Na sequência de sua narrativa diz ainda que o “país, não tinha limites definidos” estendendo-se “para norte, leste e sul, até onde chegava à autoridade do chefe aguerrido, imposto por fatores meramente biológicos; e todo ele dividido em parcelas chefiadas por senhores menos importantes, tributários do chefe supremo, com quem, por vezes, guerreavam: os muenes, plural de muene, que traduzimos por *mani*”.³⁸ A respeito dos portugueses, Ralph Delgado diz se tratar de “portadores de uma civilização urbana e caídos, abruptamente, nesta sociedade primitiva”. E, por isso mesmo, eles “desejando transformá-la, conseguiram, anos depois, a sua entrada numa fase rural, com atributos sugestivos:

- imposição da cultura escrita, com divulgação do idioma português; organização feudal, pelo aproveitamento da divisão, já efectuada, das terras, ou fosse com divisão de classes; organização da corte indígena em moldes iguais aos da corte portuguesa, com enquadramento dos colonos nos lugares de comando, sobretudo nos judiciais; substituição dos feiticeiros pelos sacerdotes e imposição do monoteísmo cristão, incompreendido pelas suas exigências monogâmicas, contrárias à economia geral, acompanhada de construção de conventos e templos; empreendimento de tarefas agrícolas singelas, generalização de meios rudimentares de trabalho e adaptação de culturas europeias (p. 8) e sul-americanas; instalação de um mercantilismo escravocrata e começo da pesquisa do subsolo, como consequência da evolução econômica do próprio Império português; baptismo e fixação de limites do território, imprecisa e prodigamente dilatados até ao Gabão, ao norte, o Nemimuezi, a leste, e o Cabo Negro, ao sul, com sujeição armada dos senhorios mais próximos da capital e com penetrações arriscadas pelos exploradores europeus.³⁹

Em relação aos resultados desses primeiros contatos, o autor argumenta que “não puderam ser melhores os resultados iniciais da *transformação operada*. Alimentados de bons intuitos, colonos e sacerdotes, mas especialmente estes últimos, aproveitando o grau de adaptação do aborígene, lutando, embora, contra a reação inevitável dos graus distanciados das duas civilizações, obtiveram testemunhos eloquentes dessa *evolução repentina*, sem par”. Afinal eles conseguiram formar,

- reis com conhecimentos primários ledores da História lusitana e da eclesiástica, assinando bandos em idioma português; um bispo, padres e professores negros, educados na Metrópole, postados em levantar o nível cultural indígena, por meio de escolas; sujeição à Santa Sé, maior força internacional da época, (...) exportação de braços para S. Tomé, Lisboa e Brasil, com salutar repercussão futura, neste último país, na obra de colonização agrária ali efectuada, de assinalada tendência europeizante, (...) procissões religiosas e intervenções militares com assinalado **providencialismo histórico**; e substituição da farinha de sorgo pela farinha de milho e de mandioca.⁴⁰

³⁸ Id. Ibid. p. 8

³⁹ Id. Ibid. p. 8/9

⁴⁰ Id. Ibid. p. 9

Os adjetivos “país de negros”, “sociedade nómada”, “organização tribal”, “aborígene”, “sociedade primitiva”, “feiticeiros”, “cultura indígena” atribuídos aos africanos e “civilização urbana”, “idioma português”, “cultura escrita”, “cristãos” referidos aos portugueses são os ingredientes dos termos constituintes de um imaginário discricionário e pejorativo a partir do qual, durante muito tempo, as identidades de africanos e portugueses foram demarcadas.

Nesse sentido, argumenta-se esta obra, com os seus quatro volumes, é uma síntese ampliada da “historiografia oficial” do colonialismo português em África, inclusive por referendar a perspectiva de um “providencialismo histórico” e, assim, obscurecendo a historicidade portuguesa mediada por interesses de classes, jogos de poder, negociações feitas entre portugueses e africanos, as lutas de resistência de africanos ao longo do processo de tessitura do moderno colonialismo português.

Assim sendo, compreende-se que naquela conjuntura de tensão esta obra, tal como a História Geral das Guerras Angolanas, também, cumpria uma função ideológica importante para burocratas e operadores das políticas coloniais; mas, não só, porque missionários, militares e, também, os trabalhadores pautados pelo ufanismo nacionalista português, o racismo, a educação e a instituída pelo cristianismo católico participaram desse processo de colonização.

Em vista disso, Valentim Alexandre, a partir de seu campo teórico-metodológico sublinha que a história do colonialismo português moderno “é o domínio quase reservado dos práticos da questão colonial (ministros das Colônias, governadores ou simples colonialistas em evidência)”, *“para quem a reinterpretação do passado é diretamente, uma arma política, uma forma de defesa de certas opções coloniais em momentos dados”*. Conforme destaca “não se trata de ensaios de conhecimento do passado, mas de tentativas para o dominar”. Até a década de 1970, a visão que predominava da “história colonial portuguesa do século XIX resultava daquele conhecimento”; mas, as suas teses não resistiam “à mínima verificação científica” porque eram “puras empresas de mistificação”.⁴¹

⁴¹ ALEXANDRE, Valentim. Op. Cit. p. 5.

Segundo este autor, a articulação entre o nacionalismo e o imperialismo foi uma das raízes ideológicas do fascismo, nos anos de 1930-1940; e o ‘mito da espoliação’, um dos seus componentes. Mas, como destaca, “malgrado o seu peso ideológico, estes ainda são mitos menores”, pois,

O fundamental está no modelo teórico subjacente à análise histórica: toda a interpretação “oficial” se baseia na intervenção de forças supra-históricas, essência referidas pelos termos de “sentimento” ou “vocação” colonial do povo português e que, latentes ou manifestas, escapariam ao domínio da contingência histórica.⁴²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não era nosso objetivo fazer, aqui, uma análise exaustiva das duas obras – História Geral das Guerras Angolanas, escrita por Antônio de Oliveira Cadornega e a História de Angola, escrita por Ralph Delgado; mas, suscitar a reflexão crítica relativa ao discurso historiográfico, em geral, e, no particular, de obras constituintes da considerada historiografia oficial que trata das relações entre Portugal e as suas possessões no ultramar. Compreende-se que este é um exercício importante porque pode contribuir para a tessitura do processo de construção da soberania e autonomia políticas e uma base econômica sólida de sociedades cujos territórios estiveram sob o domínio colonial e que, para tanto, os seus protagonistas construíram uma ou narrativas em benefício de si.

Sob esta perspectiva, neste contexto, para além da comemoração dos cinquenta anos de Independência de Angola, é preciso submeter-se a historiografia que trata desta historicidade a um exame crítico porque a compreensão da historicidade de sujeitos reais só é possível pela aplicação do método histórico-crítico para que os seus termos sejam elucidados partir de si e, não, ao contrário, de forças metafísicas.

Aqui fica o convite!

⁴² Id. Ibid. pp. 6-7.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno (1821–1891)*. Sá da Costa Editora.
- Alexandre, V. (Coord.). (2013). *O Império africano (séculos XIX-XX)* (3.^a tiragem). Edições Colibri; Faculdade de Letras de Lisboa.
- Boavida, A. (1967). *Angola: Cinco séculos de exploração portuguesa*. Edições 70.
- Boahen, A. A. (2010). A África diante do desafio colonial. In A. A. Boahen (Ed.), *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935* (2.^a ed., p. 1). UNESCO.
- Brunschwig, H. (2004). *A partilha da África Negra*. Perspectiva.
- Cadornega, A. de O. (1680). *História geral das guerras angolanas* (Tomo I, anotado e corrigido por J. M. Delgado). Divisão de Publicações e Biblioteca: Agência Geral das Colónias.
- Carmo, M. (2006). A revista "Portugal em África" no contexto da missionação contemporânea. *Missão Espiritana*, 9(9), 46. <https://dsc.duq.edu/missao-espiritana/vol9/iss9/7>
- Castoriadis, C. (1991). *A instituição imaginária da sociedade* (3.^a ed.). Paz e Terra.
- Certeau, M. de. (1982). *A escrita da história*. Forense-Universitária.
- Delgado, R. (1946). *História de Angola. Primeiro período e parte do segundo 1482 a 1607* (Vol. 1). Edição do Banco de Angola.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: Uma introdução* (L. C. Borges & S. Vieira, Trad.). Boitempo/Unesp.
- Garnier, G. (2024). Arquivos da memória colonial portuguesa: O Arquivo Histórico Ultramarino, 1931-1974. *Revista LER História: Descolonização e colonialismo tardio*, 143–164. <https://openedition.org/>
- Lopes, C. (1995). A pirâmide invertida: Historiografia africana feita por africanos. In *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África* (pp. 21–29).

Lopes, N. (2015). O parlamento nas grandes decisões da política externa portuguesa: Portugal face à Segunda Guerra Mundial. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, (5), 63–76.

Ministério das Colónias, Secretaria Geral. (1930, 8 de julho). Decreto nº 18570. *Diário do Governo*, I Série, Nº 156, p. 3.

Serrão, J., & Oliveira Marques, A. H. de. (1998). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1825–1890)* (Coord. V. Alexandre & J. Dias). Editorial Estampa.

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto & Instituto de Investigação Científica Tropical. (2013). *O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP*. Humus.

Oliveira, I. S. de. (s.d.). As “histórias” de Angola e seus autores nos séculos XVII e XVIII: Um estudo de caso dos militares António de Cadornega e Elias Alexandre Correa.

Revista Portugal em África (1894), 1–2.

Silva, P. V. da. (2014/2015). O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. *Transversos*, 3(3), 93. <http://www.transversos.com.br>

Webgrafia

Angola.or.jp. (s.d.). *História de Angola*. Acedido em 4 de maio de 2014, de http://www.angola.or.jp/index.php/about_angola/history

Direção-Geral do Laboratório de Administração e Tecnologia (DGLAB). (s.d.). *Missão e objectivos*. Acedido em 9 de novembro de 2025, de <https://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/missao-e-objectivos/>

Arquivo Histórico Militar. (s.d.). *Arquivo Histórico Militar*. Acedido em 10 de novembro de 2025, de <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/>

Etrograma.pt. (s.d.). *História de Angola – 1.º ao 4.º volume – Ralph Delgado*. Acedido em 12 de novembro de 2025, de <https://etrograma.pt/0imperio-portugues/2820-historia-de-angola-1-volume--4-volume--ralph-delgado.html>

Wikipedia. (s.d.). *António de Oliveira de Cadornega*. Acedido em 8 de novembro de 2025, de https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_de_Cadornega

Correia, A. (s.d.). A história em Angola. Acedido em 8 de novembro de 2025, de <https://arlindo-correia.org/200208.html>